

original

16.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Ata da Décima Sexta Assembléia Ordinária
realizada nos dias 12 e 13 de julho de 1994.

Às catorze horas e quinze minutos do dia doze de julho de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de Reuniões dos Conselhos, sala 210, 2º andar, do Anexo II, do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, iniciou-se a Décima Sexta Assembléia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sob a presidência da Vice-Presidente interina Conselheira Irmã Maria do Rosário Leite Cintra e secretariada pela Senhora Maria Irineide da Costa e Silva Nunes. Presentes os seguintes Conselheiros: Pedro Avelar, Cláudio Saraiva, Sueli Roriz, Ivana Siqueira, Nelson de Moraes, Zilda Arns, Antônio Márcio Junqueira Lisboa, Deodato Rivera, Ezequias Ferreira, Rita Helena Horn, Ruth Pistori, José Roberto da Costa, José Donisete Oliveira, Raimundo Mesquita, Sigmar Reichel, Paulo Afonso Araújo Quermes, Irandi Pereira, Melba Meireles, Maria do Carmo Brant, Ana América Magalhães Ávila Paz, Margarida Munguba, Eni Barbosa, Tania Marotta, Mário Volpi, Maria Cristina e Vitória Kunh. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cynthia Losso Prudente e Serguem Jessui. Abertos os trabalhos, a Conselheira Irmã Maria do Rosário Leite Cintra, Vice-Presidente, saúda a todos e comunica ao Plenário a publicação do Decreto de 1º de julho, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nomeando o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, para a Presidência do CONANDA. Em seguida, apresenta ao Plenário a Pauta da Assembléia. I - Abertura. Posse do Presidente. - Apresentação de novos Conselheiros. - Leitura, discussão e aprovação das Atas da XII, XIV e XV Assembléias. - Leitura, discussão e aprovação de Pauta da Assembléia. II - Matérias Originárias das Comissões Temáticas. A - Da Comissão de Políticas Públicas: - Teleconferência. B - Da Comissão de Articulação: - Apresentação de relatório da participação da representante da Comissão, na Reunião do CNAS no dia 07/07/94. III - Exposição sobre a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul - Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez. VI - Assuntos Gerais. a) Apresentação de substitutivo ao parecer da Comissão de Articulação sobre a consulta formulada pela Fundação Santa Rita, de Tocantins, e votação da matéria; b) Chacina de adolescentes em Manaus, denúncia recebida da Comissão Estadual do MNMMR do Amazonas e posicionamento do CONANDA junto ao Governador do Estado; c) Contestação da Resolução nº 23/94, pelo Governador do Estado do Espírito Santo e posicionamento do CONANDA, e d) Medida Provisória nº 544, de 01.07.94 (reedição da MP 520) e definição da ação do CONANDA. V - Informes Gerais - Informação sobre as medidas adotadas no Estado do Rio de Janeiro, para a descentralização do atendimento das unidades da Ilha do Governador, Quintino, CRIAM'S e CERIN. Conselheiro Cláudio Tourinho Saraiva. - Informação sobre a participação da Vice-Presidente em exercício na reunião do CONSEA. Conselheira Irmã Maria do Rosário Leite Cintra. - Informação sobre a Reunião do Pacto pela Infância em Salvador e Belém. Conselheira Melba Meireles Martins e Conselheiro Raimundo Rabelo Mesquita. - Informação sobre a participação em Seminário sobre Fundos

em Campo Grande. Conselheiro José Donisete Pinheiro Oliveira. - Informação sobre a participação em Seminário sobre a atuação dos Conselhos Municipais e Tutelares, em Vitória. Conselheiro Raimundo Rabelo Mesquita. A seguir, com a presença do Exmo. Senhor Ministro da Justiça, a Senhora Vice-Presidente, em nome do Conselho, apresenta as congratulações a S.Ex^{ma}, por sua posse na Presidência do CONANDA, passando-lhe a palavra. O Senhor Ministro registra a importância a atribuí ao CONANDA, em primeiro lugar pela causa que lida a da criança e do adolescente, e em segundo lugar por entender de fundamental importância a participação da sociedade na formação das políticas governamentais. Destaca que, no caso do Brasil, a causa deve merecer uma especial prioridade, porque os desníveis sociais que marcam a nossa história, exigem que se dedique uma especial atenção a esta parcela da população. Assegura que encampou a postulação do Conselho sobre a Medida Provisória nº 544, diligenciando junto ao Ministro da Fazenda e ao Presidente da República não tendo a posição final sobre o assunto. Quanto à regulamentação do Fundo da Criança e do Adolescente adiantou que matéria se encontrava em tramitação na Casa Civil da Presidência da República, no aguardo da assinatura do Decreto aprovando a regulamentação. Coloca-se à disposição para contribuir no cumprimento das deliberações e das prioridades eleitas. O Conselheiro Mário Volpi faz referência a chacina da Candelária e passa às mãos do Senhor Ministro um conjunto de assinaturas de professores e alunos da Universidade de Stanford, Estados Unidos, em solidariedade a todas as pessoas que estão envolvidas na luta da defesa da criança, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. A seguir, a Senhora Vice-Presidente comunica que no Rio de Janeiro haverá uma manifestação por ocasião da passagem de um ano da chacina da Candelária. O Senhor Ministro lamenta que ações criminosas tenham ocorrido e que casos semelhantes ao da Candelária venham acontecendo, registrando que tomou conhecimento de prática idêntica em Manaus. Informa sobre uma delegação do Estado do Espírito Santo, que esteve no Ministério da Justiça, trazendo informes sobre a existência de uma organização criminosa, e que fatos do mesmo tipo estão ocorrendo naquele Estado, havendo instruído a delegação que formalizasse a denúncia para adoção das providências legais cabíveis, lembrando que a ação do Governo Federal nesse campo, de repressão policial, é muito limitada, porque a competência está reservada às autoridades estaduais. Em seguida, o Senhor Ministro pede licença ao Plenário, para se ausentar, em razão de ter sido convocado para reunião Ministerial. Passa a palavra à Irmã Maria do Rosário, para que faça a apresentação dos novos Conselheiros. A Senhora Vice-Presidente apresenta o Conselheiro Paulo Afonso Araújo Quermes, novo representante do MEB. Em seguida, a Senhora Vice-Presidente, coloca em discussão as Atas das Décima Segunda, Décima Quarta e Décima Quinta Assembleias Ordinárias, solicitando que alterações sejam feitas, por escrito, para apreciação, até o final da reunião. Declara aprovada a Pauta com a colocação de tema referente à mortalidade infantil, dentro de Assuntos Gerais, sugerido pelo Conselheiro Deodato Rivera, bem como a matéria sobre a passagem de um ano da Chacina da Candelária, por solicitação da Conselheira Irandi Pereira. Registra o seu retorno ao CONANDA, após período de licença. Informa que em reunião com a presença do Senhor Ministro da Justiça e da Senhora Ministra do Bem-Estar Social, Dra. Leonor Barreto Franco, ficou definida a permanência da Secretaria Executiva do CONANDA no

CBIA, tendo sido solicitado o apoio da Senhora Ministra para a composição do quadro de recursos humanos, instalações físicas, aquisição de equipamentos etc., bem como a aquiescência na prorrogação do convênio MBES/MJ para o funcionamento da Secretaria Executiva do CONANDA. Em seguida, a Senhora Vice-Presidente, concede a palavra ao Conselheiro Cláudio Saraiva, Coordenador da Comissão de Políticas Públicas, para em conjunto com a Comissão de Articulação apresentar as diretrizes para a realização da Teleconferência. Concluídas as explanações foram oferecidas sugestões a serem posteriormente analisadas. A Senhora Vice-Presidente convida para integrar a Mesa o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul, Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez, que faz ampla exposição sobre as atividades do Conselho. Consultado pelo Conselheiro José Donisete como tem sido divulgado o Estatuto no Estado do Rio Grande do Sul e a realização de Seminários sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Fundos etc., esclarece que a divulgação foi feita por outras entidades, citando um acordo de trabalho conjunto da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, com a participação do Ministério Público, em alguns eventos, do AMENCAR e do CBIA, que basicamente promove o financiamento de Seminários em todo o Estado. A Conselheira Melba Meireles propôs que o CONANDA baixasse uma resolução instando o Senhor Governador do Rio Grande do Sul a apoiar as reivindicações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no sentido de que sejam assegurados os meios para o pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o reordenamento dos órgãos estaduais de atendimento. O Conselho aprovou a medida proposta. O Dr. Rodrigo Gonzalez manifesta-se pelo acatamento da proposição do CONANDA e agradece a oportunidade de ter estado presente à Sessão. A seguir, a Senhora Vice-Presidente concede a palavra à Conselheira Melba Meireles, Relatora da Comissão de Articulação, que passa a apresentar o relatório da participação da Comissão de Articulação na reunião do CNAS, do que resultou a decisão de se compor uma comissão integrada por representantes dos dois Conselhos, ficando o CNAS de indicar os nomes de seus representantes. Assinala que na exposição foi dada ênfase a temática da articulação entre os Conselhos Nacionais, levantando três pressupostos: não superposição de ações nos esforços para garantia dos direitos das crianças e adolescentes; não dispersão dos recursos e não desarticulação das políticas. Destacou que o CONANDA sentia a necessidade de estreitar relações com os Conselhos setoriais para garantir a eficácia do art. 227 da Constituição Federal, assinalando como prioritários os Conselho de Educação, Saúde e Assistência Social, que articuladamente deveriam produzir uma proposta de política que atendesse às necessidades da criança e do adolescente. Dando prosseguimento à Pauta, a Senhora Vice-Presidente propõe o exame do item relacionado ao tema de interesse da Fundação Santa Rita de Cássia, do Estado de Tocantins. O Conselheiro Nelson de Moraes traz ao conhecimento do Conselho nota da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça referente à matéria. A Conselheira Melba Meireles reapresenta o Parecer indicativo da Comissão de Articulação, na ausência de substitutivo, sugerindo que a Secretaria Executiva officie a entidade interessada sobre os pontos básicos para orientação da mesma, recebendo aprovação do Plenário. O Conselheiro José Donisete comunica que a Medida Provisória nº 520 não foi votada, tendo sido reeditada com o nº

544, concitando ao Conselho a prosseguir nas gestões no sentido de que não conste a menção à Lei nº 8.242. A Senhora Vice-Presidente dá conhecimento aos Conselheiros de que o Senhor Ministro da Justiça encaminhou dois avisos ao Senhor Ministro da Fazenda e ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, referindo-se a prioridade absoluta, acompanhados da Resolução nº 24, do CONANDA, que contém os pleitos sobre o assunto. A Conselheira Melba Meireles destaca que alguns pontos colocados pela Comissão que esteve reunida com o Senhor Ministro da Justiça, em função da deliberação do CONANDA, foram concretizados, a questão da regulamentação do Fundo e o fato de S. Ex^ª assumir o CONANDA, com os ônus da Presidência. O Conselheiro Cláudio Saraiva destacou o comparecimento de S. Ex^ª. ao Conselho, mostrando sua disposição de participar das reuniões plenárias do CONANDA e de ser o Representante do Conselho perante as diversas instâncias governamentais, na abertura de espaços necessários para atuação do Conselho junto ao Governo. A abertura de um espaço de rotina em sua agenda para a Vice-Presidência do CONANDA colocar as questões discutidas no Plenário, bem como para concretização das diversas deliberações, inclusive as pendentes por parte do Ministério da Justiça. A Senhora Vice-Presidente destacou a questão do IPMF e da regulamentação do Fundo como temas prioritárias que exigem a atenção do Senhor Ministro. O Conselheiro Sigmar Reichel pede a retificação da Resolução nº 24, relativamente ao artigo da medida provisória que menciona a Lei nº 8.242, sendo acatada a proposição. O Conselheiro José Donisete Oliveira informa que compareceu ao Seminário em Mato Grosso do Sul, participando do debate sobre Fundos. A Senhora Vice-Presidente comunica a reassunção da Dra. Ruth Pistori, como Suplente da CNBB e que Conselheiro Isaias Bezerra continuará colaborando como Assessor Técnico da CNBB, seja pelo Fórum DCA, seja pela Pastoral do Menor. A seguir, a Sra. Vice-Presidente dá por encerradas as atividades deste dia. Reabrindo os trabalhos, no dia seguinte, a Senhora Vice-Presidente concede a palavra ao Conselheiro Cláudio Saraiva para apresentar a posição do CONANDA sobre as medidas adotadas relativamente ao Estado do Rio de Janeiro. O Conselho deliberou constituir uma Comissão integrada pelos Conselheiros residentes no Rio de Janeiro e ampliada pela presença da Conselheira Melba Meireles, para participar nos dias 21 e 22 dos atos programados pelas Entidades e acompanhamento do inquérito civil público no Rio de Janeiro. O Conselheiro Cláudio Saraiva lembrou que o CONANDA formou uma Comissão para acompanhar o desenvolvimento do inquérito civil público integrada pela Conselheira Melba Meireles, Ana América, Marco Antônio Dias e pelo próprio. Registra que a Comissão solicitou informações ao Ministério Público Estadual sobre o andamento das recomendações iniciais e se o inquérito tinha-se expandido aos demais municípios, estando no aguardo da resposta. A seguir, o Conselheiro Cláudio Saraiva introduz a explanação da Dra. Dulce Caldas, Diretora Executiva do CBIA, sobre a questão da descentralização do atendimento das unidades da Ilha do Governador, Quintino, CRIAM's e CERIN, dos antecedentes e do processo de repasse, para Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro, que fazia parte do corpo de recomendações do inquérito civil público estabelecidas em relação à União. A Senhora Vice-Presidente agradece a participação da Dra. Dulce Caldas. O Conselheiro Raimundo Mesquita comunica que representou o CONANDA no Seminário sobre a atuação dos Conselhos Municipais e Tutelares, em Vitória. O Conselheiro Pedro Avellar comunica que se

encontra em fase de redação final no Ministério da Justiça o documento denominado "Pacote contra a Violência". A Senhora Vice-Presidente comunica o recebimento de convite da APAE, ao CONANDA, para as Olimpíadas Nacionais da APAE, de 16 a 22 de julho em Toledo, Paraná. O Conselho, por unanimidade, indicou para representá-lo o Conselheiro Sigmar Reichel. A seguir, a Senhora Vice-Presidente faz explanação sobre a reunião do CONSEA, registrando que o CONANDA fora inicialmente convidado como ouvinte e que o assunto principal era a denúncia levantada, primeiramente pela Pastoral da Criança, sobre a questão do aumento da taxa de mortalidade infantil no Nordeste. A seguir, a Senhora Vice-Presidente concede a palavra a Conselheira Melba Meireles e Raimundo Mesquita para falarem sobre as reuniões de Avaliação dos 300 Dias do Pacto pela Infância em Salvador e Belém. A Conselheira Melba Meireles relata que a questão da saúde foi o ponto central de todas as discussões, colocando em xeque os relatórios anteriores dos Estados sobre os índices de mortalidade infantil. A Senhora Vice-Presidente coloca em discussão a proposta de resolução para ser encaminhada ao Presidente da República, clamando pela liberação de recursos emergenciais, sendo aprovada a formação de uma Comissão integrada por Conselheiros da Comissão de Políticas Públicas, Articulação, e Orçamento e Finanças, para a redação do texto. A Conselheira Melba Meireles informou que foram feitas gestões junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e foi designado o Conselheiro José Carlos Cataldi, que se colocou à disposição para apoiar o CONANDA, mediante a emissão de pareceres sobre consultas apresentadas pelo CONANDA. A seguir, a Senhora Vice-Presidente declarou aprovadas as atas das XIV e XV Assembleias Ordinárias. Declarou também aprovada a ata referente à XII Assembleia com ressalvas, condicionada aos ajustes a serem processados com base nas sugestões a serem apresentadas pelo Conselheiro Deodato Rivera. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, às treze horas e cinquenta minutos, encerra a Sessão, e, para constar, eu, Maria Irineide da Costa e Silva Nunes, na qualidade de Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pela Presidente da Assembleia, Conselheira Irmã Maria do Rosário Leite Cintra.

Maria do Rosário L. Cintra
 IRMÃ MARIA DO ROSÁRIO L. CINTRA
 Presidente da Assembleia

Maria Irineide da Costa e Silva Nunes
 MARIA IRINEIDE DA COSTA E SILVA NUNES
 Secretária-Executiva do CONANDA